

A Aliança para o Progresso e a educação como pretexto para a consolidação do capitalismo

TALITA FRANCIELI BORDIGNON*

É certo que a grande preocupação do homem da segunda metade do século XX se deu, em grande parte, pelo receio de ser atacado de alguma forma. Havia as ameaças latentes de uma Guerra Fria que poderia reduzir a humanidade a pó em poucos segundos, caso os detentores da bomba atômica assim o desejassem.

Para que toda a população mundial se visse ameaçada pelos comunistas, logo o bloco capitalista tratou de divulgar (e fazer permanente) a imagem de que a URSS era a ala que estava interessada em dominar o globo, “sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade” (HOBSBAWM, 1994: 229), mesmo que não houvesse qualquer pretensão dos socialistas em dominar o mundo. “(...) Um inimigo externo ameaçando os Estados Unidos não deixava de ser conveniente para os governos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial (...)” (HOBSBAWM, 1994: 232). Para o neoliberalismo, caso os ideais socialistas conseguissem se impor ao mundo, a tão desejada organização econômica, social e política repleta de paz, democracia e plena de liberdade poderia se pôr abaixo.

No Brasil, não foi diferente. A grande propaganda foi no sentido de que o povo brasileiro deveria estar sempre atento a essas ameaças, clamando por alguém que o ajudasse a sair desse clima de insegurança generalizado:

A insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra – guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional – dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos – desamparados, as multidões – em pânico, os povos – desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. [...]
(GOLBERY, 1967: 9)

Se o mundo vivia sob a “ameaça” do bloco socialista, como já foi dito, a estratégia, portanto, foi adotar uma política que pudesse combater tudo o que fosse considerado nocivo ao desenvolvimento do capitalismo. Os Estados Unidos, então,

* Mestranda pela Faculdade de Educação da UNICAMP – Grupo de Pesquisas “Historia, Educação e Sociedade no Brasil - HISTEDBR”, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Sanfelice. Bolsista CAPES.

trataram de criar um programa que favorecesse as ações para tal e estrangulasse qualquer possibilidade de o socialismo vingar, principalmente no que diz respeito aos países latino-americanos.

Em 1961, portanto, constituiu-se a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda externa voltado para a América Latina, cujo principal objetivo, mesmo parecendo pretexto, foi promover o desenvolvimento econômico por meio da colaboração financeira e técnica aos países latino-americanos. O programa foi muito semelhante à Operação Pan-Americana, lançada no Brasil em 1958 pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que tinha por base a ideia de que apenas a eliminação da miséria no continente americano propiciaria a contenção do comunismo e a expansão da democracia.

Milton Eisenhower – presidente da *Johns Hopkins University* e irmão do presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower (1953-1961) – em texto de 1962, declara:

A ação atual para implantar uma vida melhor, em liberdade, neste hemisfério, constitui passo progressista natural e inevitável em um longo processo evolutivo, que teria alcançado esse ponto de decisão mesmo se um egoísta líder cubano não tivesse traído o seu povo e entregue a nação ao controle férreo da conspiração comunista internacional. [...] Não há como não admitir que as ameaças do comunismo castrista apressaram decisões e providências. Mas não as causaram ou criaram. (EISENHOWER, 1962: 28-29)

No mesmo ano, Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, reconhece o desenvolvimento tecnológico em curso na URSS em fins da década de 1950, mas questiona o seu sistema de governo, deixando clara sua desaprovação em relação ao regime socialista:

É possível que certos aspectos do desenvolvimento soviético impressionem – a ciência e a educação técnicas soviéticas, as usinas siderúrgicas, os foguetes nucleares e os satélites espaciais. Mas, quererá alguma nação livre construir sua indústria com trabalho forçado e coletivização e inanição de seus camponeses? Sujeitar-se-ia de boa vontade algum povo livre ao terror desumano que por 27 anos substituiu a crença em Deus pela crença em Stalin, agora denunciado por seus sucessores e cujo corpo foi removido do túmulo de Lenine talvez para dar lugar a algum outro dirigente deificado? (GORDON, 1962: 12)

A Carta de Punta Del Este¹, assinada por 20 dos países latino-americanos² mais os Estados Unidos, é o documento em que se expõem os objetivos gerais do programa. O princípio fundamental é “aumentar a taxa de crescimento econômico nos países latino-americanos para que possam ser elevados os padrões de vida dos seus povos” (DREIER, 1962). Para além disso, o documento assenta-se na idéia de que a liberdade e a democracia representativa seriam os pilares em que se apoiaria uma sociedade que busca o verdadeiro progresso e a garantia de dignidade para o seu povo:

Esta não é apenas uma reafirmação dos valores mais fundamentais da civilização ocidental, que definitivamente reconhece no Estado o servidor e não o senhor do povo. É também uma declaração de confiança na capacidade das instituições livres de montar os mecanismos sociais que combinem o progresso com a justiça social e desincumbir-se dessas tarefas tão eficiente quanto responsabilmente. (GORDON, 1962: 40)

Para que tanto fosse alcançado, as ações delineadas no campo econômico foram, por exemplo, diversificar a economia através de investimentos e industrialização, melhorar a produção agrícola, estabilizar os mercados de bens de consumo, estimular a integração econômica latino-americana e dos mercados comuns e a manutenção de níveis estáveis de preços. Ações no âmbito social também foram pensadas: era necessário redistribuir renda, melhorar a saúde pública, viabilizar um programa habitacional eficiente e eliminar o analfabetismo entre os adultos. Conforme atesta o embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época, a programação do desenvolvimento tem prioridades:

(...) Os campos principais para programação abrangem tipicamente o da energia, do transporte, das comunicações, da educação, das habitações, do aço, do cimento, dos gêneros alimentícios básicos, dos principais artigos de exportação, e outras indústrias selecionadas, dependendo de cada estrutura nacional. (...) (GORDON, 1962: 23)

As declarações do embaixador dos EUA e do irmão do ex-presidente não destoam da ideologia neoliberal de fins da década de 1950 e início dos anos 1960, na qual o desenvolvimento econômico foi a regra geral, mesmo que as ações em âmbito

¹ Disponível como anexo em DREIER, John. (coord.). **A Aliança para o Progresso – Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

² Venezuela, Guatemala, Bolívia, México, República Dominicana, Colômbia, Argentina, Peru, Equador, Paraguai, Honduras, Panamá, Haiti, Costa Rica, Estados Unidos da América, Uruguai, El Salvador, Chile, Nicarágua e Brasil. No documento, Cuba tem lugar para a assinatura, mas o espaço está vazio.

social não tivessem o devido êxito. As Nações Unidas, quando da constituição da Aliança para o Progresso enquanto programa que possibilitou financiamentos visando o desenvolvimento econômico, pautava-se também nas idéias de Walt Whitman Rostow³, para quem o desenvolvimento deveria obedecer cinco etapas: a sociedade tradicional (economia baseada em atividades de subsistência), as condições para o arranco (sociedades em processo de transição, onde a especialização do trabalho gera excedentes), o arranco (intervalo em que as obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas), a marcha para a maturidade (a economia em ascensão procura estender a tecnologia moderna para todo tipo de atividade econômica), e a era do consumo de massa (a economia direciona-se para o consumo de massa, multiplicam-se as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e o setor de serviços assume crescente relevância e preponderância na economia do país).

Ademais, foi importante ainda a posição dos economistas latino-americanos e estudiosos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, constituída em 1948 por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta, se lançou em resposta às reivindicações dos países latino-americanos que se disseram esquecidos após ter sido posto em prática o Plano Marshall, para financiar a reconstrução das nações européias depois da Segunda Grande Guerra.

Raúl Prebisch, economista argentino e grande referência ideológica e analítica do grupo, insistiu, durante os anos 1960 por exemplo, na reforma agrária como forma de promover o desenvolvimento econômico nos países do continente. Como no Brasil havia grande desproporção em relação à posse da terra, seria necessário readequar as grandes propriedades para que produzissem riqueza eficientemente, ou seja, os latifundiários estariam travando o progresso técnico, de modo que o acesso do camponês à terra, desde que amparado pelo Estado, abriria caminho para maior produtividade agrícola e melhor uso do excedente.

Foi também nos anos 1960 que ganhou força a análise feita pela CEPAL dos problemas econômicos a partir do contraste centro-periferia. O problema residia no fato de que, enquanto nos países cêtricos a grande maioria dos trabalhadores integrava-

³ Teórico político e ferrenho anti-comunista, W. W. Rostow teve papel importante na política externa dos Estados Unidos durante a década de 1960. Serviu no Conselho de Segurança Nacional sob as administrações John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969). Sua principal obra foi “Etapas do desenvolvimento econômico – um manifesto não-comunista”, em que expõe quais devem ser os momentos por que deve passar uma nação em desenvolvimento.

se ao mundo moderno, na periferia isso ocorria apenas com parte da população. O avanço desse modelo de acumulação “tinha efeitos sociais desagregadores, porque tendia a marginalizar mesmo os agentes econômicos com maiores potencialidades produtivas” (BIELSCHOWSKY, 2000: 42). Posicionado à periferia do sistema, o Brasil apenas estava sofrendo os efeitos do centro na economia mundial.

Tão importante quanto a atuação de Prebisch foi a de Celso Furtado, economista nordestino que, em 1959, participou da criação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, cujo norte foi influenciado por sua atuação na CEPAL, já que atuou como diretor da Divisão de Desenvolvimento por oito anos (1949-1957). Furtado pensou “o desenvolvimento do Brasil como a luta do Homem pelo controle do próprio destino e a acumulação como o vetor material que impulsiona o desenvolvimento” (SAMPAIO JÚNIOR, 2002: 4). No governo de João Goulart, atuou como Ministro do Planejamento (1962-63) e depois como superintendente da SUDENE (1963-64). Porém, em 1964, o sonho de ver concretizadas as “reformas de base” foi estrangulado pela imposição da ditadura à sociedade. Durante o regime civil-militar foi o grande crítico dos rumos que tomava a economia brasileira; se colocou radical e contrariamente ao capitalismo perverso e transnacionalizado que tomava corpo à medida que o regime agia. O modelo de desenvolvimento ditatorial brasileiro privilegiou, segundo Furtado, a segregação racial e perpetuou a dependência externa. A partir do golpe, o Brasil teve sua construção interrompida, como em suas próprias palavras:

(...). Assim, como ignorar que foi porque a partir de 1964 o Brasil paralisou seu desenvolvimento político – em realidade, retrocedeu nesse plano enquanto sua sociedade crescia e se fazia mais complexa –, como ignorar, dizíamos, que nos tornamos uma nação de difícil governabilidade, que destrói recursos escassos e acumula problemas de forma alucinante? (FURTADO, 1992: 75)

No entanto, sem a mínima preocupação com intelectuais críticos do modelo de desenvolvimento imposto às nações latino-americanas, se operavam as estratégias para que se concretizasse o progresso que almejavam os países cêntricos a nível mundial. Ora, se a Aliança para o Progresso foi um programa de desenvolvimento planejado para países desfavorecidos economicamente, e que privilegiou a liberdade e a democracia representativa enquanto princípios norteadores, pode-se subentender que as ações delineadas buscavam senão fortalecer a ideologia neoliberal então vigente, para

que se pudesse consolidar o capitalismo em áreas consideradas estratégicas para os países denominados o centro do sistema. O pretexto, utilizado exaustivamente, foi o de que se deveria garantir dignidade aos povos latino-americanos. E esta dignidade jamais poderia ser alcançada se as nações latinas continuassem produzindo sociedades agrícolas com economia voltada para a subsistência, populações analfabetas, com tal nível de pobreza e tamanha desigualdade social. O segredo do progresso de uma nação residiria em quão disposta está ela em investir em educação e treinamento de pessoal, por exemplo. Neste caso, está claro que a real intenção não foi que as crianças se desenvolvessem em todo em qualquer aspecto; intencionou-se que a educação fosse utilizada enquanto ferramenta do desenvolvimento que traz progresso. Nas palavras do embaixador Gordon:

(...) Em sociedades que buscam rápida industrialização de suas estruturas de produção e distribuição, existe enorme necessidade de educação técnica e vocacional, de nível secundário, de nível superior para engenharia, medicina economia e administração. (GORDON, 1962: 48)

Sendo assim, restou lastimar que educação e saúde públicas fossem consideradas despesas. De acordo com o autor, estes setores da vida social poderiam trazer inúmeros benefícios para o desenvolvimento do país:

(...). A educação e a saúde pública não fazem retornar rendas diretamente ao investimento, e a estimativa dos benefícios econômicos da nação em geral, é mais uma arte do que uma ciência, repousando em provas estatísticas muito fracas. Não obstante, esses tipos de investimento em capital humano podem ser não apenas desejáveis por si mesmos, mas também extremamente produtivos economicamente. Estimativas preliminares nos Estados Unidos sobre a rentabilidade da educação demonstram índices notáveis, além dos benefícios diretos da educação na melhoria da capacidade humana de alcançar uma vida melhor. (...) é uma lástima que as despesas em educação e saúde sejam tratadas mais como consumo do que como investimento (...) (GORDON, 1962: 26)

Clarence Beeby, pedagogo neozelandês e diretor geral assistente para a UNESCO durante a década de 1960, foi ainda mais direto em seu ponto de vista acerca da educação. Para ele, a mesma é assunto para economistas: “(...) a educação não é apenas uma forma de consumo, e sim um investimento nacional. (...)” (BEEBY, 1979: p. 18).

O que mais interessa, neste contexto, é que esta discussão sobre tratar a educação como algo de responsabilidade de economistas e não de educadores, reduzindo-a a apenas parte da economia da sociedade, começou a ser travada na década

de 1950 e tomou força durante a década seguinte por força de Theodore Schultz⁴. Ele foi o formulador do conceito de “teoria do capital humano”, cuja premissa é a de que os salários futuros podem ser aumentados se no presente houver maior investimento em educação, o que, conseqüentemente, seria projetado para o desenvolvimento nacional à medida que não apenas a família do educando é beneficiada por haver redistribuição de renda. Este, portanto, seria um movimento muito mais amplo em se tratando de economia. Para ele,

(...). As escolas podem ser consideradas empresas especializadas em ‘produzir’ instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria. (...) É verdade que a instituição educacional não possui algumas das características econômicas de uma indústria convencional. Com algumas exceções sem importância, as escolas não são organizadas e administradas para obtenção de lucro. (...) (SCHULTZ, 1963:19)

O conceito de educação como algo que está intimamente ligado ao desenvolvimento nacional – e que, portanto, figura como estratégia que viabiliza o progresso – garantiu privilégio no planejamento das políticas públicas dos países latino-americanos logo após a assinatura da Carta de Punta Del Este. Se a teoria do capital humano, então em desenvolvimento, baseava-se na idéia de que investimento em educação poderia significar elevação de rendas futuras, fica claro que, ao adotar postura semelhante, os signatários do documento buscavam o desenvolvimento econômico de suas sociedades com o propósito de que se inserissem no sistema capitalista globalizado, porém com o pretexto de que educar os povos latino-americanos os levaria a uma situação de dignidade e pleno bem-estar social. Ou seja, “ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, (...) toma-se a ‘democratização’ do acesso à escola (...) como sendo o instrumento básico de mobilidade, equalização e ‘justiça social’. (...)” (FRIGOTTO, 1989: 27)

Seguindo estes mesmos pressupostos e buscando a concretização dos mesmos anseios, é também do ano de 1961 a criação da *United States Agency for International Development* (USAID), agência de financiamento internacional com sede nos EUA que buscou viabilizar o desenvolvimento econômico das nações latino-

⁴ Notável professor universitário e economista estadunidense, Theodore W. Schultz formulou a Teoria do Capital Humano a partir do que vinha sendo estudado na época sobre economia educacional. O conceito foi amplamente retomado na década de 1980 pelo pensamento neoliberal, especialmente no discurso de organismos multilaterais.

americanas. A agência, um dos braços do Banco Mundial, foi criada em decorrência da necessidade de ação gerada pela Aliança para o Progresso. Forneceu auxílio financeiro a inúmeros projetos nas mais diversas áreas, especialmente os ligados ao incremento da industrialização, à erradicação da pobreza e ao treinamento de pessoal. Em texto explicativo de seu surgimento, em 1961, o presidente Kennedy demonstrou preocupações acerca do curso do desenvolvimento dos países latino-americanos; para ele “o colapso econômico dos países em desenvolvimento seria desastroso para a nossa segurança nacional, prejudicial para a nossa relativa prosperidade e ofensivo para a nossa consciência”⁵.

No Brasil, são amplamente conhecidos os acordos de assistência técnica na área educacional firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a agência. Os chamados “Acordos MEC-USAID” são os responsáveis pela mudança dos rumos que a educação brasileira tomou nos anos 1960, especialmente depois de implantada a ditadura civil-militar no país. Neste período, os financiamentos tornaram possível, por exemplo, a construção de dezenas de novas escolas técnicas, ampliaram significativamente as matrículas na educação básica e no ensino superior e incrementaram a educação na área agrícola. As agências internacionais foram os instrumentos que puseram em prática o plano de desenvolvimento para a América Latina, no qual a educação figura apenas como instrumento de desenvolvimento econômico, sendo usada como pretexto pela ideologia neoliberal que, por sua vez, almejava formar uma grande massa de trabalhadores que serviriam de mão-de-obra sem a capacidade de confrontar o sistema.

Bibliografia

BEEBY, Clarence Edward. **Educação e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. V. 1, Tradução de Vera Ribeiro.

⁵ Disponível em: http://www.usaid.gov/about_usaid/usaidhist.html. Acesso em 9 de março de 2011, às 11h31.

- DREIER, John. (coord.). **A Aliança para o Progresso – Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva – Um (re) Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista**. São Paulo: Cortez Editora / Autores Associados, 1989. 3ª Ed.
- FURTADO, Celso. **Brasil – A construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record, 1962.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009. 2ª Ed.
- PAIVA, Vanilda. **Sobre o conceito de “Capital Humano”**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200010&lang=pt. Acesso em 12/03/2011.
- ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 6ª Ed.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo**. Revista da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, julho 2002
- SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 3ª Ed.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. 2ª Ed.